

Por quê o dinheiro é um problema para a Economia Neoclássica — uma interpretação a partir de Marx

João Machado Borges Neto

1. Introdução

Tanto a teoria do dinheiro de Marx quanto a dificuldade que a economia neoclássica tem para tratar deste tema são assuntos muito debatidos. Contudo, este artigo procura acrescentar alguma novidade a respeito, combinando as duas questões. Alguns aspectos da teoria do dinheiro de Marx (sobretudo a análise da gênese e da necessidade do dinheiro) são sistematizados, e confrontados com a abordagem do dinheiro na economia neoclássica. Como consequência, procura-se mostrar como a teoria do dinheiro de Marx pode ser usada para explicar a razão por quê a economia neoclássica não apenas não trata o dinheiro adequadamente, como de fato não pode fazê-lo.

A segunda seção do artigo procura expor os aspectos da teoria do dinheiro de Marx mais relevantes para esta contraposição; a terceira destaca a especificidade da teoria do dinheiro de Marx; a quarta procura sintetizar as dificuldades da abordagem neoclássica do dinheiro; finalmente, a quinta seção indica um desdobramento interessante desta discussão.

2. Elementos da teoria do dinheiro de Marx

Para expor esta teoria é preciso começar com a análise da mercadoria; este, aliás é o ponto de partida de todo *O Capital*. A mercadoria é um *produto do trabalho humano*, reprodutível portanto, não destinado ao consumo do seu próprio produtor, mas à venda. Tem dois aspectos: *valor de uso* e *valor de troca*. Analisando este último, Marx conclui que ele “(...) só pode ser o *modo de expressão*, a ‘forma de manifestação’ de um conteúdo dele distinguível” (*O Capital* I-I: 46; *El Capital*: I-I: 45). O *valor* é esse conteúdo comum dos valores de troca das diversas mercadorias. O *valor de troca* consiste, assim, na *forma de manifestação do valor*. Por isso, a mercadoria é uma unidade (contraditória) de *valor de uso* e *valor*, e não de valor de uso e valor de troca.

A *substância* do valor das mercadorias é o trabalho humano. Para mostrar isto, Marx argumenta que, do mesmo modo que as mercadorias têm os dois aspectos de valor de uso e valor, o trabalho que as produz também tem dois aspectos, *trabalho concreto* e *trabalho humano abstrato*. Dá grande importância a esta questão, chegando a dizer que:

“Essa natureza *bifacética* do trabalho contido na mercadoria (...) é o eixo em torno do qual gira a compreensão da Economia Política” (*El Capital*: I-I: 51; *O Capital* I-I: 49).

O trabalho abstrato — o trabalho socialmente igualado, homogeneizado, na forma da economia mercantil (ou seja, igualado na medida em que os produtos de um produtor tornam-se comparáveis e trocáveis pelos produtos de outros produtores) — é a *substância* do valor. Naturalmente, não é uma substância física, mas sim uma *substância social*. Sua magnitude é determinada pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria.

Algumas expressões e imagens usadas por Marx para caracterizar a natureza do valor merecem ser citadas. Por exemplo: os produtos do trabalho, como valores, têm a *mesma objetividade fantasmagórica*, uma simples *gelatina de trabalho humano indiferenciado*; são *cristalizações dessa substância social comum* (o trabalho humano indiferenciado) (*O Capital* I-I: 47; *El Capital*: I-I: 47). Os valores são *gelatinas homogêneas de trabalho* (*O Capital* I-I: 52; *El Capital*: I-I: 55); têm uma *objetividade puramente social* (*O Capital* I-I: 54; *El Capital*: I-I: 58). A força de trabalho do homem em estado líquido cria valor, porém não é valor; torna-se valor em *estado cristalizado*, em forma concreta (*O Capital* I-I: 56; *El Capital*: I-I: 63). Cada mercadoria, “(...) como valor, é apenas um invólucro reificado do trabalho humano nela despendido” (*O Capital* I-I: 83; *El Capital*: I-I: 111).

Ou seja, *valor* é o trabalho humano objetivado em mercadorias, considerado de forma igual, geral, abstrata (da forma em que esta igualação é feita na economia mercantil). Portanto:

“Não sendo, com efeito, o valor de troca das mercadorias nada mais que a relação dos trabalhos dos indivíduos entre si como iguais e gerais, nada mais que a expressão em objeto de uma forma especificamente social do trabalho, é tautologia afirmar que o trabalho seja a *única* fonte do valor de troca e, por isso, da riqueza enquanto esta se constitua de valores de troca (*Para a Crítica da Economia Política*: 147).

Depois da análise do duplo caráter da mercadoria e do trabalho que a produz, segue-se o estudo da gênese do dinheiro, feito na terceira parte do Capítulo I do Livro I de *O Capital*, chamada *A forma de valor ou o valor de troca*, e retomado depois no

capítulo seguinte, *O Processo de Troca*. Na primeira passagem, partindo da existência de mercadorias como unidades de valor de uso e valor, e portanto também do duplo caráter do trabalho que produz mercadorias, Marx analisa *como o valor se expressa* na relação entre duas ou mais mercadorias, até chegar ao dinheiro. Na segunda estuda a gênese lógica e histórica das mercadorias e do dinheiro a partir do desenvolvimento das trocas; mostra como a generalização de trocas eventuais transforma os produtos do trabalho em mercadorias, e neste mesmo processo dá origem ao dinheiro.

Resumamos estas duas passagens.

A passagem sobre *A forma de valor ou o valor de troca* parte da constatação de que o valor *deve se expressar em algo distinto dele*, uma vez que não pode fazê-lo diretamente como quantidade de trabalho abstrato: este não é visível, não tem existência material, e além disso sua objetividade é puramente social, só se manifesta na relação entre duas ou mais mercadorias.

Podemos acrescentar: a quantidade de trabalho abstrato não corresponde exatamente à quantidade de trabalho concreto realizada, não se mede diretamente pelas horas efetivamente trabalhadas; exige um processo de igualação social, de reconhecimento social (já que é preciso determinar qual é a quantidade de trabalho *socialmente necessário*, bem como fazer a redução do *trabalho complexo* — qualificado — a *trabalho simples*).

Na relação entre duas mercadorias, existem dois pólos: a *forma relativa* e a *forma de equivalente de valor*. A mercadoria está na forma relativa quando expressa seu valor em outra; está na forma de equivalente quando empresta seu corpo (seu valor de uso) para que outra mercadoria expresse nele seu valor. Na forma de equivalente, uma vez que o corpo da mercadoria B é usado para expressar o valor da mercadoria A, “o valor de uso torna-se forma de manifestação de seu contrário, do valor” (*O Capital* I-I: 59). Ao mesmo tempo, “o trabalho concreto” se converte “na forma de manifestação de seu contrário, trabalho humano abstrato”, e o trabalho privado (o trabalho do produtor da mercadoria B, que está na forma de equivalente) se converte “na forma de seu contrário, trabalho em forma diretamente social” (*O Capital* I-I: 61).

A análise desta relação entre a mercadoria na forma relativa e a mercadoria na forma de equivalente permite concluir portanto que:

“A antítese interna entre valor de uso e valor, oculta na mercadoria, é, portanto, representada por meio de uma antítese externa, isto é, por meio da relação entre duas mercadorias, na qual uma delas, *cujos* valor deve ser expresso, funciona diretamente apenas como valor de uso; a outra,

ao contrário, *na qual* o valor é expresso, vale diretamente apenas como valor de troca” (*O Capital* I-I: 63; *El Capital*: I-I: 75).

Vê-se claramente nesta relação a origem do dinheiro.

A relação entre forma relativa e forma de equivalente se desenvolve partindo da *forma simples*, passando pela *forma total*, e chegando à *forma geral* de valor; nesta, o pólo de equivalente é ocupado pelo *equivalente geral*. O *equivalente geral* é aquela mercadoria em que todas as outras mercadorias se reconhecem, e pela qual são imediatamente intercambiáveis; é, portanto, a *forma social* por excelência do valor. O trabalho que produz o equivalente geral é reconhecido imediatamente como trabalho social. E quando o ouro (ou outro metal) é estabelecido como equivalente geral, torna-se *dinheiro*; a relação de valor se expressa então na *forma de dinheiro*.

São as limitações da forma simples que fazem a antítese *valor de uso x valor* se desenvolver até a separação entre mercadoria e dinheiro; a progressão *forma simples do valor* → *forma total* → *forma geral* → *dinheiro* reflete a busca por parte do valor de uma forma adequada de expressão. O dinheiro, como vimos, já se anuncia na relação de troca entre duas mercadorias, na *forma simples do valor* — pois já neste caso uma mercadoria, colocada na *forma relativa de valor*, faz da *forma natural* de outra mercadoria, colocada na *forma de equivalente*, sua *forma de valor*.

A *forma de equivalente* deve pois desenvolver-se até chegar a uma forma que seja geral, aceita como expressão do valor de todas as mercadorias, e que tenha reconhecimento social — a *forma de dinheiro*. A antítese interna a cada mercadoria entre *valor de uso* e *valor* se desdobra até chegar à antítese externa entre *mercadoria* e *dinheiro*.

Um aspecto central de toda esta análise é que o trabalho dos diversos produtores em uma economia mercantil é um trabalho privado, que só adquire a forma de trabalho social e é reconhecido como socialmente útil na troca das mercadorias, quando se transforma em trabalho abstrato.

Mas a transformação dos produtos do trabalho em mercadorias não é uma coisa simples, e não pode ser apenas suposta, tem de ser também explicada. Esta tarefa é assumida na segunda das passagens em que Marx expõe a origem do dinheiro, o capítulo sobre *O Processo de Troca*. Aí, ele procura mostrar que é apenas a igualação dos diversos produtos do trabalho com o dinheiro que lhes dá o caráter de mercadorias, ao mesmo tempo conferindo ao trabalho realizado na sua produção — trabalho concreto e privado — o caráter de trabalho abstrato (geral) e social. De fato,

inicialmente, a constituição dos diversos trabalhos individuais e privados em tempo de trabalho geral parece ser inviabilizada por um círculo vicioso:

“Todas as mercadorias são *não-valores de uso para seus possuidores e valores de uso para seus não-possuidores*. Elas precisam, portanto, universalmente mudar de donos. Mas esta mudança de donos constitui sua troca e essa troca as refere como valores entre si e as realiza como valores. As mercadorias, pois, têm primeiro que *realizar-se como valores*, antes de poderem *realizar-se como valores de uso*.

“Por outro lado, as mercadorias têm de *comprovar-se como valores de uso, antes de poderem realizar-se como valores*. Pois o trabalho humano, despendido em sua produção, conta somente na medida em que seja despendido de forma útil para outros. Se o trabalho é útil para outros, se, portanto, seu trabalho satisfaz a necessidades alheias, somente sua troca pode demonstrar.

“Todo possuidor de mercadorias só quer alienar sua mercadoria por *outra* mercadoria cujo valor de uso satisfaça à *sua* própria necessidade. Nessa medida, a troca é para ele apenas um *processo individual*. Por outro lado, ele quer realizar sua mercadoria enquanto *valor*, e portanto converte-la em qualquer outra mercadoria que o agrade *e valha o mesmo, sendo indiferente que sua própria mercadoria* tenha ou não *valor de uso* para o possuidor da outra. Nessa medida, a troca é para ele um *processo social geral*. Mas o mesmo processo não pode ser simultaneamente para todos os possuidores de mercadorias apenas individual e, ao mesmo tempo, apenas social geral.

“Vista a coisa mais de perto, percebe-se que para todo possuidor de mercadoria toda mercadoria alheia se lhe apresenta como *equivalente particular* de sua mercadoria, e esta, portanto, como *equivalente geral* de todas as outras mercadorias. Mas como todos os possuidores de mercadorias fazem o mesmo, nenhuma mercadoria é equivalente geral e por isso as mercadorias não possuem também nenhuma forma valor geral relativa, na qual elas possam equiparar-se como valores e comparar-se como grandezas de valor. Portanto, elas não se defrontam, de modo algum, como mercadorias, mas apenas como produtos ou valores de uso” (*O Capital* I-I: 80; *El Capital*: I-I: 104-5).

Esse impasse só pode ser resolvido pela ação dos produtores de mercadorias:

“Em sua perplexidade, pensam os nosso possuidores de mercadorias como Fausto. No começo era a *ação*. Eles já agiram, portanto, antes de terem pensado. As leis da natureza das mercadorias atuam através do instinto natural dos seus possuidores. Eles somente podem relacionar entre si suas mercadorias enquanto valores, e por isso apenas como mercadorias, ao relacioná-las *antiteticamente com outra mercadoria qualquer* que faça o papel de *equivalente geral*. Este é o resultado que se alcançou na análise da mercadoria. Porém só um *ato social* pode converter uma *mercadoria determinada* em equivalente geral. Por isso a *ação social* de todas as outras mercadorias aparta das mesmas uma mercadoria *determinada*, na qual todas elas representam seus valores. A forma natural dessa mercadoria se transforma, portanto, na forma de equivalente socialmente válida. Seu caráter de ser *equivalente geral* se converte, por meio do processo social, em função *especificamente social* da *mercadoria apartada*. É deste modo que se converte em

dinheiro” (*El Capital* I-I: 105/6; *O Capital* I-I: 80/1).

O processo de troca, portanto, procede *simultaneamente* à transformação dos produtos do trabalho em mercadorias, e à transformação de uma mercadoria em dinheiro.

“(…) na mesma medida em que se consuma a transformação dos *produtos do trabalho em mercadorias*, leva-se a cabo a transformação da *mercadoria em dinheiro*” (*El Capital* I-I: 106; *O Capital* I-I: 81).

A referência à passagem de uma economia de troca direta para uma economia mercantil completa a demonstração de que a formação do dinheiro e a transformação dos produtos do trabalho em mercadorias são concomitantes:

“(…) A constante repetição da troca transforma-a em um processo social regular. Com o correr do tempo, torna-se necessário, portanto, que parte do produto do trabalho seja intencionalmente feita para a troca. A partir deste momento, consolida-se, por um lado, a separação entre a utilidade das coisas para as necessidades imediatas e sua utilidade para a troca. Seu valor de uso dissocia-se de seu valor de troca. Por outro lado, torna-se a relação quantitativa, em que se trocam, dependente de sua própria produção. O costume fixa-as como *grandezas de valor*.

“Na troca direta de produtos, cada mercadoria é diretamente meio de troca para seu possuidor, equivalente para seu não-possuidor, mas somente enquanto for valor de uso para ele. O artigo de troca não adquire ainda nenhuma forma de valor independente de seu próprio valor de uso ou da necessidade individual dos permutantes. A necessidade desta forma desenvolve-se com o crescente número e variedade das mercadorias que vão entrando no processo de troca. O problema surge simultaneamente com os meios para sua solução. Uma circulação em que possuidores de mercadorias trocam e comparam seus artigos com outros artigos diferentes jamais se realiza sem que diferentes mercadorias de diferentes possuidores de mercadorias em sua circulação sejam trocadas e comparadas como valores com *uma terceira mercadoria, sempre a mesma*. Tal terceira mercadoria, ao se tornar equivalente de outras mercadorias *diferentes*, recebe diretamente, ainda que em limites estreitos, a forma de equivalente geral ou social. Essa forma de equivalente geral surge e desaparece com o contato social momentâneo que lhe deu vida. É atribuída alternativa e transitoriamente a esta ou aquela mercadoria. Com o desenvolvimento da troca de mercadorias ela se fixa exclusivamente em espécies *particulares* de mercadorias ou se cristaliza na forma *dinheiro*” (*O Capital* I-I: 82; *El Capital* I-I: 107/8).

Em resumo, o trabalho dos diversos produtores de mercadorias é *trabalho concreto, individual e privado*, e carece de reconhecimento como *trabalho social*. Para isto, deve ser igualado aos trabalhos dos outros produtores, adquirir o caráter de *trabalho abstrato*, receber o selo de trabalho social. Embora isto aconteça embrionariamente já na troca simples, só se completa quando as trocam se generalizam. *O processo de desenvolvimento das trocas constitui progressivamente a*

substância social que é o trabalho abstrato, e faz que a forma de valor se desenvolva até a forma de dinheiro. A igualação dos trabalhos dos diversos produtores pode então ser feita pela equiparação dos valores de suas mercadorias ao dinheiro.

A análise das funções do dinheiro interessa ao tema deste trabalho sobretudo pela relação entre entesouramento e acumulação. O entesouramento é uma das funções que o dinheiro cumpre “como dinheiro”.

O *dinheiro como dinheiro* é a unidade (contraditória) de suas funções anteriores:

“A mercadoria que funciona como *medida do valor* e por conseguinte, seja em pessoa ou por meio de um representante, também como *meio de circulação*, é o *dinheiro*. (...) Funciona *como dinheiro*, por um lado, onde aparece em sua corporalidade áurea (ou prateada), isto é, como *mercadoria monetária*; ou seja, nem de modo puramente ideal, como na medida do valor, nem sendo passível de representação, como no meio de circulação. Por outro lado, funciona também como dinheiro onde sua função, quer a execute em pessoa, quer por meio de um representante, *fixa-o como figura única do valor ou única existência adequada do valor de troca*, frente a todas as demais mercadorias enquanto *simples valores de uso*” (*El Capital*: I-I 158; *O Capital* I-I: 109).

A questão da importância da “corporalidade áurea” do dinheiro para Marx (ligada à função do dinheiro como *dinheiro mundial*) coloca problemas para uma interpretação atual. Para os objetivos deste artigo esta questão não é decisiva, e é melhor ficar aqui apenas com a definição do *dinheiro como dinheiro como figura única do valor*, ou *única existência adequada do valor de troca*, “quer execute esta função em pessoa, quer por meio de um representante”.

Nesta sua terceira determinação, como dinheiro propriamente, o que interessa mais de perto ao tema deste artigo é o entesouramento. Na formação de um tesouro:

“O dinheiro imobiliza-se ou transforma-se, como disse Boisguillebert, de *meuble* em *immeuble*, de *moeda* em *dinheiro*, assim que se *interrompe* a série de metamorfoses e a venda não se completa com a compra seguinte. Com o desenvolvimento inicial da própria circulação de mercadorias, desenvolve-se a necessidade e a paixão de fixar o produto da primeira metamorfose, a forma modificada da mercadoria ou a sua crisálida áurea. Vendem-se mercadorias não para comprar mercadorias, mas para substituir a forma mercadoria pela forma dinheiro. (...) O dinheiro petrifica-se, então, em *tesouro* e o vendedor torna-se *entesourador*” (*O Capital* I-I: 109/10; *El Capital* I-I: 159).

O impulso à formação do tesouro não tem nenhuma relação com necessidades da circulação. É uma busca da acumulação de riqueza na sua forma mais universal, na sua *única forma adequada*. Esse impulso é, pela própria natureza, ilimitado:

“O impulso para entesourar é ilimitado por natureza. *Qualitativamente*, ou por sua forma,

o dinheiro carece de limites, vale dizer, é o representante geral da riqueza social porque pode ser convertido de maneira direta em qualquer mercadoria. Porém, por sua vez, toda soma real de dinheiro está limitada *quantitativamente*, e por conseguinte não é mais do que um meio de compra de eficácia limitada. Esta contradição entre os limites quantitativos e a condição qualitativamente ilimitada do dinheiro impulsiona incessantemente o entesourador a retomar o trabalho de Sísifo que é a *acumulação*” (*O Capital* I-I: 111/2; *El Capital* I-I: 162).

Um dos grandes temas de Marx para caracterizar a economia capitalista é justamente o fato de esse impulso para acumular riqueza fazer parte necessariamente da sua lógica. No entanto, com o decorrer do desenvolvimento da economia capitalista, o impulso para entesourar será transformado em um impulso superior, o impulso para acumular capital, para ampliar a riqueza de forma recorrente. Por isto mesmo a produção capitalista é produção de valor e mais-valia, produção para acumulação (e não produção de valores de uso, para satisfazer necessidades).

O dinheiro como forma geral da riqueza desperta a paixão pelo tesouro, e o impulso a entesourar é por natureza ilimitado. Mas entesourar é retirar dinheiro da circulação; é vender sem comprar, é despojar-se de uma mercadoria renunciando à aquisição do valor de uso de uma outra; “o enriquecimento se apresenta como empobrecimento voluntário” (*Grundrisse*: 936). Assim, a acumulação do dinheiro pelo dinheiro é ainda uma “forma bárbara”.

A limitação do entesouramento é superada na *circulação do capital*, que segue a fórmula: $D - M - D + \Delta D$ (dinheiro — mercadoria — dinheiro acrescido de uma mais-valia). Esta fórmula $D - M - D + \Delta D$, ou $D - M - D'$ mais sinteticamente, é chamada de *fórmula geral do capital*.

Embora a circulação do capital exija uma constante metamorfose do valor, de dinheiro a mercadoria, de mercadoria a dinheiro, o dinheiro é sua forma por excelência, pois é a partir da dela que o sentido do movimento, isto é, o acréscimo permanente de valor, pode ser apreendido. O dinheiro é a *forma autônoma do capital*.

O *capital* é desta forma definido como *valor* que se movimenta, mudando de forma, para se valorizar. E como é mostrado a partir do Capítulo IV do Livro de *O Capital*, especialmente na Seção I do Livro II, *a própria produção* (necessária, aliás, para que este movimento de valorização possa ter lugar) *torna-se um momento da circulação do capital*. Em resumo: *a existência do dinheiro impõe uma marca a todo o funcionamento da economia*, transforma seu objetivo em acumulação de riqueza na forma geral, abstrata, de dinheiro, e sobretudo do dinheiro como capital, quando tratamos da economia mercantil desenvolvida, generalizada, que é a economia

capitalista. O fim da atividade econômica em uma economia capitalista não é o consumo de bens, ou a “maximização da utilidade” trazida por este consumo.

3. Especificidade da teoria da necessidade do dinheiro de Marx

Comentando a visão de Marx sobre a gênese do dinheiro, Rosdolsky, no seu capítulo *A transição do valor no dinheiro*, na segunda seção, *O aspecto quantitativo e o qualitativo do problema do valor (magnitude e forma do valor)* (Rosdolsky 1978: 150-155), chama a atenção para um aspecto decisivo da argumentação, que aparece mais claramente nas diversas críticas feitas à teoria do dinheiro de Ricardo (que estão presentes tanto em *O Capital* e em *Para a Crítica da Economia Política* quanto nas *Teorias da Mais-Valia*). Para compreender o dinheiro, não basta conceber o aspecto *quantitativo* do valor, por exemplo vinculando-o ao tempo de trabalho necessário. Isto foi feito por Ricardo. É preciso ter em conta o aspecto *qualitativo* do valor, isto é, que as diversas mercadorias enquanto valores assumem uma forma em que existem como encarnação do trabalho social, e são por isto intercambiáveis por qualquer outra mercadoria. Ou seja, adquirem a forma de *trabalho geral, abstrato*. A necessidade de os produtos do trabalho se apresentarem desta forma só existe, naturalmente, em uma sociedade em que são mercadorias. Esta sociedade só pode existir com o dinheiro.

“Esta necessidade de ser o trabalho individual representado pelo geral é a necessidade de uma mercadoria ser representada pelo dinheiro” (*Teorias da Mais-Valia*, III: 1191).

Em que medida a teoria da gênese do dinheiro desenvolvida por Marx se distingue da argumentação convencional, adotada na economia neoclássica, de que o dinheiro se torna necessário a partir da complicação que significa generalizar as trocas? Esta argumentação diz, resumidamente, que na troca entre poucas pessoas, o que A tem e não quer deve ser desejado por B, e vice-versa, o que B tem e não quer deve ser desejado por A. Quando poucas pessoas participam do processo de troca, encontrar correspondências deste tipo é possível. Mas quando são muitos os participantes, tais correspondências passam a ser difíceis ou impossíveis; daí um intermediário das trocas, aceito por todos, fazer-se necessário.

Em *Para a Crítica da Economia Política*, Marx critica esta maneira de conceber a gênese do dinheiro:

“Os economistas costumam derivar o dinheiro das dificuldades exteriores com as quais se defronta o comércio de troca, mas aí se esquecem de que estas dificuldades surgem do desenvolvimento do valor de troca, e, por isso, *do trabalho social como trabalho geral* (grifo JM). Por

exemplo, as mercadorias como valores de uso não são divisíveis livremente, o que elas devem ser como valores de troca. Ou então, pode acontecer que a mercadoria de A seja valor de uso para B, mas a mercadoria de B não seja valor de uso para A; ou que os possuidores de mercadorias necessitem mutuamente de proporções desiguais de valor de suas mercadorias indivisíveis a serem trocadas mutuamente. Em outras palavras, com o pretexto de tratar do comércio de trocas diretas, os economistas fazem a idéia de alguns aspectos da contradição, que o modo de ser da mercadoria envolve como unidade imediata de valor de uso e de valor de troca. Por outro lado, prendem-se conseqüentemente ao comércio à base de troca como a forma adequada do processo de troca das mercadorias que, segundo eles, estaria vinculado apenas a certos incômodos de caráter técnico, para cuja solução o dinheiro seria um expediente habilmente inventado” (*Para a Crítica da Economia Política*: 159).

Na argumentação convencional sobre a necessidade do dinheiro, não há nenhuma diferença entre os bens trocados numa troca com poucos participantes e numa troca com muitos participantes, generalizada; o que distingue as duas situações é a complexidade da última em contraposição à simplicidade da primeira. Ou seja: não é compreendida a especificidade da *mercadoria*, que ela não é qualquer produto do trabalho humano, e menos ainda qualquer *bem* que não precisa nem de ser produzido.

Na teoria de Marx, ao contrário, a generalização das trocas, antes de mais nada, implica a transformação dos bens (produtos do trabalho) em *mercadorias*; isto significa acrescentar-lhes, ao lado do seu valor de uso, um caráter de *valor*; e ao mesmo tempo atribuir ao trabalho de produzi-los, ao lado do seu caráter específico, concreto, e por outro lado privado, o caráter de *trabalho abstrato*, e além disso *social*. Ou seja: a passagem de uma economia de trocas eventuais (em que não há ainda propriamente mercadorias) a uma economia mercantil é uma mudança profunda, qualitativa, que altera tanto o caráter dos produtos do trabalho humano (que tornam-se mercadorias, e adquirem com isto uma dupla determinação), quanto o caráter do trabalho que os produz (que torna-se igualmente bifacético).

A produção de mercadorias exige que cada mercadoria busque ser reconhecida como parte do trabalho social, da riqueza social geral, e isto só pode ser feito com a sua equiparação a uma mercadoria que seja a expressão geral da riqueza. Para que haja produção de mercadorias, tem de haver *dinheiro*, e não um simples numerário, nem um simples intermediário das trocas.

Para apreendermos o que é o dinheiro, é preciso portanto partir da *natureza dos produtos do trabalho como mercadorias*, ou melhor, *da natureza da economia que se organiza para a produção de mercadorias*. Não é possível entender o dinheiro a partir dele mesmo, ou com um exame das suas funções: é preciso estudar as relações

fundamentais da economia que o faz necessário.

Em conclusão, para Marx, o dinheiro é:

“(...) forma adequada de manifestação do valor ou materialização do trabalho humano abstrato” (*O Capital* I-I: 83; *El Capital* I-I: 109); “...*equivalente geral, corpo geral do valor, concretização material geral do trabalho humano abstrato*” (*El Capital* I-III: 998; texto do Capítulo I na 1ª edição d’*O Capital*); “a encarnação visível, a crisálida social geral de todo trabalho humano” (*El Capital* I-III: 1037, anexo à 1ª edição d’*O Capital*). O dinheiro é a *mercadoria geral*: “Sendo todas as mercadorias meros equivalentes particulares do dinheiro e o dinheiro seu equivalente geral, elas se relacionam como mercadorias *particulares* em relação ao dinheiro, como a *mercadoria geral* (*O Capital* I-I: 83; *El Capital* I-I: 110); “(...) o ouro é o *modo de ser material da riqueza abstrata*” (*Para a Crítica ...*: 214).

Em resumo: o dinheiro *não é uma mera conveniência — é uma necessidade lógica, econômica e social*, que decorre da própria natureza da mercadoria e do trabalho que a produz, isto é, das dualidades *valor de uso — valor e trabalho concreto — trabalho abstrato*.

4. O Dinheiro na Economia Neoclássica

A partir da teoria do dinheiro de Marx, é possível dizer que a explicação fundamental para a dificuldade da teoria neoclássica em tratar do dinheiro (e *a fortiori* do capital) está em sua compreensão da própria natureza da economia que ela se propõe a estudar. Em uma palavra, ela não pensa estar estudando uma economia cuja marca fundamental é a *produção de mercadorias*, isto é, como unidades (contraditórias) de valor de uso e de valor.

O modelo fundamental da economia neoclássica é, aliás, pelo menos em sua versão “mais rigorosa”, walrasiana, o modelo de uma pura “economia de trocas”, em que não há produção. A produção é introduzida em um momento posterior, e é fundamentalmente concebida como *troca*, isto é, troca de insumos (incluindo os “serviços dos fatores de produção”) por produtos.

Seu conceito de *valor* é de *valor relativo*, preço relativo (não há preços monetários ou preços absolutos), isto é, pura relação de troca. Não há nenhuma *substância do valor* (o que, aliás, certamente seria considerado pelos modernos neoclássicos como uma categoria metafísica). Os *valores*, desta forma, só podem ser os resultados de um sistema de equações de equilíbrio. Esta é a única forma de determinar quantitativamente o valor; sem isso, ele seria uma coisa inteiramente indeterminada, pois um bem pode ser trocado por outro em *qualquer* proporção.

Examinando mais detalhadamente esta ausência de uma substância do valor, vemos que a troca na concepção neoclássica não supõe a igualação de alguma coisa; um agente troca se obtiver com isto maior utilidade. Isto não significa que se suponha igualdade de utilidades, e muito menos a redução das distintas utilidades individuais a uma utilidade geral, comum, “abstrata”, para falar como Marx. Aliás, isto nem seria possível, pois a utilidade, sendo um conceito subjetivo, é incomensurável entre os dois agentes.

Não pode haver, tampouco, redução de trabalho concreto a trabalho abstrato. Tanto os bens (ou serviços) trocados, quanto o trabalho que os produz, são irremediavelmente heterogêneos. Aliás, como foi mencionado, os bens *não são fundamentalmente produzidos pelo trabalho*. Na formulação inicial da teoria do equilíbrio geral, de uma *economia de trocas*, os agentes recebem dotações de bens e trocam seus *excessos*. Quando a produção é introduzida, e admite-se produção para a troca, isto não leva a que se estude a nova natureza dos *bens*; não se pensa que pode haver uma alteração fundamental nesta natureza, ou seja, não se pensa que bens produzidos para a troca sejam *mercadorias*, não se vê a constituição de uma substância social (o trabalho abstrato) que torna a mercadoria contraditória e o dinheiro sua representação necessária.

Os *bens*, portanto, não são mercadorias para os neoclássicos. Não são objetos de valor. Se para Marx o valor só se manifesta na relação entre dois bens (no caso, duas mercadorias), mas já existe em cada mercadoria (na medida em que esta é um produto do trabalho humano, feito intencionalmente e de forma regular para a troca), para os neoclássicos, sequer faz sentido falar do *valor* de um bem fora da relação de troca. Não é que o valor só se manifeste na equiparação de dois bens, ou na troca: ele simplesmente não existe fora dela. Assim, enquanto para Marx a proporção em que as mercadorias se trocam é determinada em primeiro lugar pelo seu valor, que existe a partir da sua própria produção, antes portanto da troca, para os neoclássicos a proporção em que os bens se trocam é determinada exclusivamente pelas condições da própria troca (que refletem as dotações e preferências dos agentes, e as tecnologias existentes quando há produção). Se para Marx, como o *valor* existe antes da troca (ou da venda), o *preço* realmente obtido pode ser distinto dele, para os neoclássicos a distinção entre preço e valor não faz nenhum sentido.

Esta concepção dos neoclássicos, de que os bens não são objetos de valor, não são mercadorias, isto é, não são fundamentalmente produzidos para a troca (e portanto

produzidos), se explica porque *não vêem nenhuma diferença significativa entre uma “economia de trocas” sem produção, uma economia com produção mas que desenvolve apenas a troca direta, o escambo, e a economia mercantil, pelo menos no que diz respeito à natureza dos bens*. Já mencionamos que a produção é essencialmente concebida como uma troca. E uma economia de trocas eventuais diferiria de uma economia mercantil (e capitalista) apenas *quantitativamente*. Isto é, uma economia em que os bens não são em geral produzidos para a troca, mas em que se trocam apenas seus *excessos*, e uma economia em que o conjunto dos bens são produzidos para a troca, e em que portanto as trocas são generalizadas, só seriam distintas porque a segunda é mais complexa do que a primeira. Não é portanto compreendida a especificidade da *mercadoria*, que *não é qualquer produto do trabalho humano, e menos ainda qualquer bem que não precisa nem de ser produzido*.

Caracterizando uma economia de escambo, Marx diz em *Para a Crítica da Economia Política*:

“O comércio à base de troca direta, forma natural do processo de troca, apresenta muito mais a transformação incipiente dos valores de uso em mercadorias do que a das mercadorias em dinheiro. Aqui o valor de troca não reveste uma figura livre, mas está ainda vinculado imediatamente ao valor de uso. Isto se revela de duas maneiras. A própria produção, em toda a sua estrutura, está dirigida a valores de uso e não a valores de troca, e por isso somente através da formação de um excedente sobre a quantidade de valores de uso necessária ao consumo é que os valores de uso deixam de ser valores de uso para serem meios de troca, isto é, mercadoria. Por outro lado, tornam-se propriamente mercadorias apenas dentro dos limites do valor de uso imediato, se bem que distribuídos polarmente de tal maneira que as mercadorias, que devem ser intercambiadas pelos seus possuidores, precisam ser valor de uso para ambos, mas cada qual para aquele que não a possui” (*Para a Crítica da Economia Política*: 158).

O mesmo tema é retomado em *O Capital* I-I: 81/2; *El Capital* I-I: 107. Não é um exagero que a concepção neoclássica básica da economia (de uma economia de trocas) corresponde muito mais a esta descrição de uma economia de trocas diretas do que a uma economia capitalista, e como vimos a introdução da produção não implica nenhuma mudança fundamental.

É interessante notar que também Keynes, nos seus escritos preparatórios à *Teoria Geral*, dá à questão da distinção entre uma economia de escambo e uma economia monetária um lugar central na crítica à teoria neoclássica (ou clássica) do dinheiro:

“The distinction which is normally made between a barter economy and a monetary econ-

omy depends upon the employment of money as a convenient means of effecting exchanges — as an instrument of great convenience, but transitory and neutral in its effects (...). It is not supposed to affect the essential nature of the transactions from being, in the minds of those making it, one between real things, or to modify the motives and decisions of the parties to it. Money, that is to say, is employed, but is treated as being in some sense neutral.

“The theory which I desiderate would deal, in contradistinction to this, with an economy in which money plays a part of its own and affects motives and decisions and is, in short, one of the operative factors in the situation, so that the course of events cannot be predicted, either in the long period or in the short, without a knowledge of the behaviour of money between the first state and the last. And it is this, which we ought to mean when we speak of a monetary economy” (Keynes 1971-1983, vol. XIII, p.408-409, apud Carvalho 1992: 37).

Na verdade, Keynes chega a caracterizar que a economia em que os postulados dos “clássicos” se aplicam só pode ser uma “economia cooperativa” ou uma “economia neutra”. Uma economia cooperativa é aquela em que:

“(...) the factors of production are rewarded by dividing up in agreed proportions the actual output of their co-operative efforts” (Keynes 1971-83, vol. XXIX, apud Rotheim 1981: 575).

Ou seja, os “fatores de produção” são pagos diretamente com bens. Nesta economia os postulados da “economia clássica” devem obrigatoriamente valer. Eles valeriam também em uma “economia neutra”, que seria

“(...) a society of the type in which we actually live, where the starting up of the productive process largely depends on a class of entrepreneurs who hire the factors of production for money and look to their recoupment from selling the output for money, provided that the whole of the current incomes of the factors of production are necessarily spent, directly or indirectly, on purchasing their own current output from the entrepreneurs” (Keynes 1971-83, vol. XXIX, p. 77, apud Rotheim 1981: 576).

O autor pós-keynesiano Fernando Cardim de Carvalho diz a respeito deste tipo de economia:

“This conception of an economy, that Minsky nicknamed the ‘village fair paradigm’, sees it as constituted by independent consumers-producers that trade on the surpluses of their production above their needs” (Carvalho 1992: 39).

Ou seja, tanto Keynes (nos seus escritos preparatórios à *Teoria Geral* — na própria *Teoria Geral* estas idéias não apareceram tão claramente) quanto autores pós-keynesianos fazem uma caracterização da concepção de economia dos neoclássicos muito semelhante à que pode ser construída a partir de Marx.

É interessante registrar que o modelo walrasiano, ou neo-walrasiano, do equilíbrio geral, não é de uma economia capitalista também por uma segunda razão.

Com sua ficção (necessária dentro da sua lógica) do “leiloeiro”, que centraliza todas as trocas, só permitindo que elas se façam quando se atinge o equilíbrio; com sua definição de que todos os preços dos mesmos bens são obrigatoriamente iguais (anunciados pelo leiloeiro), com suas suposições de perfeita informação para todos os agentes, *ele é na verdade o modelo de uma economia ultra-centralizada*.

Esta necessidade de, contrariamente à sua intenção de “modelar” uma economia descentralizada, chegar à máxima centralização, tem tudo a ver com o fato de não conceber uma economia de produção de mercadorias e portanto não ter dinheiro. Podemos entender esta centralização das trocas e dos preços no leiloeiro, ao lado da exigência de só permitir as trocas no equilíbrio, como uma tentativa de evitar as contradições próprias à troca real das mercadorias, em que estas não obrigatoriamente conseguirão ser vendidas, em que o trabalho privado não é sempre reconhecido como social, etc.

Uma terceira razão por quê o modelo de economia dos neoclássicos não é de uma economia capitalista é que eles mantêm que o objetivo da economia é o consumo, ou melhor, a maximização das utilidades, e não a acumulação da riqueza abstrata. Também esta característica torna mais difícil incluir o dinheiro “de forma essencial”, como se queixava Frank Hahn. Isto por quê *o valor* não está presente de forma essencial, não marca toda a lógica da produção.

A incapacidade da economia neoclássica de compreender a diferença dos *bens* em uma “economia sem produção”, uma economia com produção mas que só realiza trocas na forma de escambo, e uma economia mercantil, em que a imensa maioria das mercadorias são produtos do trabalho, produzidos de forma intencional e regular para a troca (venda), liga-se, naturalmente, à sua recusa à dialética, e mais especificamente à sua recusa a compreender as *mercadorias* como *objetos contraditórios, unidades de valor de uso e de valor*. Por isto não apenas não trata adequadamente do dinheiro com os modelos já desenvolvidos até agora; não pode superar esta limitação drástica, a não ser que mude radicalmente sua concepção teórica.

Pois como vimos anteriormente, há uma mudança *qualitativa*, fundamental, na passagem de uma economia de trocas eventuais para uma economia mercantil, e isto se traduz diretamente na necessidade do dinheiro. A generalização das trocas — a formação de uma economia mercantil — significa, antes de mais nada, transformar os bens (produtos do trabalho) em *mercadorias*; acrescentar-lhes ao lado do seu valor de uso, um caráter de *valor*; ao mesmo tempo atribuir ao trabalho de produzi-los, ao lado

do seu caráter específico, concreto, e privado, o caráter de *trabalho abstrato*, e além disso *social*. As mercadorias, portanto, são objetos profundamente contraditórios.

E embora o trabalho de cada produtor de mercadorias seja executado desde o início para ser trabalho social, ele só será reconhecido como parte dele, da riqueza social geral, com sua equiparação a uma mercadoria que seja a expressão geral da riqueza, e com sua troca por ela (venda). Uma economia mercantil exige, portanto, a constituição de uma representação geral da riqueza; para que haja produção de mercadorias, tem de haver dinheiro. O dinheiro concebido desta maneira não é evidentemente nem um simples numerário, nem um simples intermediário das trocas.

Dizendo de outra maneira: a economia capitalista é antes de mais nada uma economia de produção de mercadorias, e *uma característica fundamental da mercadoria* é a de ser *objeto de valor*. O dinheiro, que é o desenvolvimento, a autonomização, a exteriorização, a materialização desta característica, está portanto presente desde o início. Isto não acontece para os neoclássicos; o dinheiro tem de ser introduzido *depois que as características fundamentais da economia já foram estabelecidas*, quando ela por assim dizer já está funcionando, e por isto ele não encontra seu lugar.

5. Um desdobramento da questão do dinheiro

Finalmente, uma última questão. Embora seja bem conhecido que a economia neoclássica (especialmente nos modelos walrasianos) tem uma grande dificuldade em tratar o dinheiro, e em embora as controvérsias sobre o capital tenham apontado também dificuldades no tratamento desta categoria, em geral estas duas dificuldades não são ligadas. Se examinamos estas questões do ponto de vista da teoria de Marx, podemos ver que a ligação é muito clara.

A economia neoclássica não compreende seu objeto de estudo como economia capitalista, isto é, como uma economia em que são produzidas mercadorias. Por isto, como vimos, não pode explicar de forma coerente o que é o dinheiro e que papel ele cumpre. Ora, como a discussão da tendência ao entesouramento e da passagem do dinheiro ao capital mostra, o *capital* só pode ser entendido a partir da tendência que o dinheiro adquire (uma vez que as relações mercantis se generalizam) a superar a circulação simples (a fórmula $M — D — M$) e a assumir a circulação na forma $D — M — D'$. Se a exclusão da contradição de seu campo de visão já impede de compreender a mercadoria e o dinheiro, com muito mais razão impede a compreensão do *capital*,

com suas metamorfoses permanentes.

Um coisa interessante é examinar a evolução do tratamento dos neoclássicos do capital a partir da “controvérsia sobre o capital” dos anos 50 e sobretudo 60 com base na concepção de capital de Marx. Uma consequência desta controvérsia é que estes autores abandonaram uma visão como a de John Bates Clark, em que é feita a distinção entre *capital* e *bens de capital*:

“We may think of capital as a sum of productive wealth, invested in material things which are perpetually shifting — which come and go continually — although the fund abides. Capital thus lives, as it were, by transmigration, taking itself out of bodies and putting itself into another, again and again” (Clark, J.B., *The Distribution of Wealth. A Theory of Wages, Interest and Profits*, New York, Macmillan, 1899, p. 119-20).

Esta concepção de capital foi abandonada na teoria com pretensões de rigor, a partir fundamentalmente das dificuldades de agregação de bens de capital heterogêneos em um único capital definido macroeconomicamente. Não é aqui, é claro, o lugar para avaliar se tal abandono foi bem fundado. Mas vale a pena observar que esta concepção de um capital que “transmigra”, saindo de uns corpos e entrando em outros, aproxima-se muito da idéia das metamorfoses do capital de Marx. E do ponto de vista de Marx, se o objetivo é compreender o que é *capital*, o “maior rigor” atual da teoria neoclássica — em que o conceito de *capital* foi abandonado, e subsistem apenas *bens de capital* — é certamente pior do que a falta de rigor de John Bates Clark.

Bibliografia

- Carvalho, Fernando J. Cardim de (1992): *Mr. Keynes and the Post Keynesians*. Aldershot, England, Edward Elgar.
- Clark, John Bates (1899): *The Distribution of Wealth*. New York, Augustus M. Kelley Bookseller, 1965 (edição original de 1899).
- Hahn, Frank (1965): “On Some Problems of Proving the Existence of Equilibrium in a Monetary Economy”, in Hahn and Brechling (eds.) *The Theory of Interest Rates*, London, Macmillan, 1965; republicado em Hahn *Equilibrium and Macroeconomics*, Cambridge, Massachusetts, The MIT Press, 1984.
- _____ (1973): “On the Foundations of Monetary Theory”, in Parkin and Nobay (eds.) *Essays in Modern Economics*, Manchester, Longman Group, 1973. Republicado em Hahn (1984).
- _____ (1975): “Money and General Equilibrium”, *Indian Economic Journal*, 23, oct-dec. 1975. Republicado em Hahn *Money, Growth and Stability*, Oxford, Basil Blackwell, 1985.
- Marx, Karl (1971, 1972, 1976): *Elementos Fundamentales para la crítica de la economía política (borrador) 1857-1858* (Obra em geral conhecida pelo seu nome em alemão, *Grundrisse*). México,

- Siglo Veintiuno Editores. Três volumes: Volume I, 1971; Volume II, 1972; Volume III, 1976.
- _____ (1974a): “O Método da Economia Política”, in *Introdução à Crítica da Economia Política*. São Paulo, Abril Cultural, Os Pensadores.
- _____ (1974b): *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo, Abril Cultural, Os Pensadores.
- _____ (1975): *El Capital*, Libro Primeiro. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Argentina Editores. Três volumes.
- _____ (1987, 1983, 1985): *Teorias da Mais-Valia*. São Paulo, Difel. Três volumes: Volume I, Segunda Edição, 1987; Volume II, 1983; Volume III, 1985.
- _____ (1988): *O Capital*. São Paulo, Nova Cultural, 3ª edição. Cinco volumes: Livro I, Volumes I e II; Livro II, Volume III; Livro III, Volumes IV e V.
- Rosdolsky, Roman (1978): *Genesis y Estructura de El Capital de Marx*. México, Siglo XXI Editores. Originalmente publicado em alemão em 1968.
- Rotheim, Roy J. (1981): “Keynes’ monetary theory of value (1933)”. *Journal of Post Keynesian Economics*, Vol. III, Nº 4, Summer, pp. 568-585.
- Rubin, Isaak Illich (1928): *A Teoria Marxista do Valor*. São Paulo, Brasiliense, 1980. Traduzido da 3ª edição russa, de 1928.
- Saad-Filho, Alfredo, e Lapavistas, Costas (1999): “A Teoria Horizontalista da Moeda e do Crédito: Uma Análise Crítica”. *Estudos Econômicos*, IPE-USP, São Paulo, Vol. 29, nº 1.
- Young, Gary (1976): “A Note on Marx Terminology”. *Science and Society*, Vol.40, No.1, Spring, pp. 72-78.